

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO E FINANÇAS PÚBLICAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ADMINISTRATIVO E FINANÇAS PÚBLICAS

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO
RESUMO
<p>“O conceito de Direito Administrativo Brasileiro, para nós, sintetiza-se no conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado” (Meirelles, 1991). Celso Antônio Bandeira de Mello (2002) afirma que o direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina a função administrativa, bem como as pessoas e órgãos que a exercem. Hely Lopes Meirelles (1991), por sua vez, destaca que "os órgãos, agentes e atividades administrativas como instrumentos para realização dos fins desejados pelo Estado". Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o objeto do Direito Administrativo são os órgãos, agentes e as pessoas integrantes da Administração Pública no campo jurídico não contencioso. “O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exercer e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública”.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE PRINCÍPIO DA MORALIDADE PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO AUTARQUIA E EMPRESA PÚBLICA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÃO PÚBLICA PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AGENTES PÚBLICOS</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS</p> <p>AULA 4 INTRODUÇÃO CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LICITAÇÃO MODALIDADES DE LICITAÇÃO CONTRATAÇÃO DIRETA</p>

AULA 5

INTRODUÇÃO
DA PERMISSÃO
CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS
RESPONSABILIDADE DO ESTADO

AULA 6

INTRODUÇÃO
SINDICÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA SINDICÂNCIA
DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR OU NA
SINDICÂNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DINIZI, M. H. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 26. ed. São Paulo: Saraiva 2011. v. 2.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 50, n. 1, jan./mar. 2010.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS DE FINANÇAS

RESUMO

A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais” (Brasil, 1988). Algo importante nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONTROLE INTERNO E EXTERNO
GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA
ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)

AULA 2

INTRODUÇÃO
INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE

BALANÇOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO)

BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF)

BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)

AULA 3

INTRODUÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

NOTAS EXPLICATIVAS (NE)

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA

ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO

ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA

ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO

AULA 5

INTRODUÇÃO

RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL

COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL

COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

NECESSIDADES DA COMUNIDADE

RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 4320, de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=101&ano=2000&ato=fe3UzYU1EMNpWTcee>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7. ed. Brasília/ DF, 2017. Disponível em: http://portaria3992.saude.gov.br/images/legislacao/MCASP_7_edicao_Versao_Republicacao_2017_06_02.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL
RESUMO
<p>O direito é instrumento por meio do qual a sociedade se organiza. Segundo Hobbes, o homem vivia em um estado de natureza. Trata-se de uma situação hipotética por meio da qual os homens experimentavam da liberdade plena, pois estavam organizados apenas sob as leis da natureza. Basicamente, era a lei do mais forte subjungando os mais fracos. Todavia, com o advento da propriedade, o homem precisou que suas relações fossem tuteladas, evitando a barbárie e a autotutela. Essa ideia de anterioridade não guarda relação com períodos históricos, por certo. Isso porque o estado de natureza hobbesiano e o surgimento do estado civil são metáforas que visam explicar o período pré-social da humanidade. Com o advento do conceito de propriedade, portanto, o homem precisou sair do estado de natureza e dar início a um Estado Civil. É aí que surge o conceito de Estado como agente controlador das relações humanas.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 2 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 3 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 4 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 5 VÍDEO 1 VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- CRUZ, A. S. Direito empresarial. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.
- EFING, A. C.; QUEVEDO, J. P. O dever de informar o consumidor face à emergência dos produtos nanotecnológicos. Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 23, p. 5-27, 2018.
- GAGLIANO, P. S. Novo curso de direito civil: direitos reais. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. v. 5.

DISCIPLINA:

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

RESUMO

É preciso conhecer os conceitos básicos do direito tributário e financeiro. Você perceberá que os conceitos e institutos que aprenderemos serão recorrentes em nossas conversas e na própria legislação. Por isso, é primordial a compreensão do conteúdo desta aula para o desenvolvimento da disciplina. Iniciaremos com o conceito de tributo trazido pelo Código Tributário Nacional, para, no segundo momento, reconhecermos e distinguirmos as espécies tributárias. Compreendido o tributo, passaremos para os princípios constitucionais tributários que são verdadeiras limitações ao poder de tributação do Estado. Logo em seguida trataremos da obrigação e crédito tributário, para finalizarmos com o aprendizado das diversas modalidades de lançamento tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE TRIBUTO

ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CRÉDITO TRIBUTÁRIO: LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

AULA 2

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NO COMEX

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

MERCOSUL E TRIBUTOS

AULA 3

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

PIS/PASEP E COFINS
ICMS
DEMAIS TRIBUTOS

AULA 4

OMC E TRIBUTAÇÃO
MEDIDAS ANTIDUMPING
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS
MEDIDAS DE SALVAGUARDA
IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

AULA 5

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL
EVASÃO FISCAL
BITRIBUTAÇÃO E DUPLA ISENÇÃO
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

AULA 6

BENEFÍCIOS FISCAIS DE ÂMBITO GERAL E DE ÂMBITO RESTRITO NO COMÉRCIO EXTERIOR
REGIMES ESPECIAIS ADUANEIROS
INCENTIVOS FINANCEIROS À EXPORTAÇÃO
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS
REGIMES EM ÁREAS ESPECÍFICAS

BIBLIOGRAFIAS

- DELGADO, J. A. Aspectos gerais das espécies tributárias. Revista Fórum de Direito Tributário, p. 9-39, 2003. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/20930-20931-1-PB.pdf.pdf>. Acesso em: mai. 2016.
- COSTA, M. B. C. Fato Gerador x Hipótese de Incidência e a tributação de atividades ilícitas. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 96, jan 2012. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11026. Acesso em: mai. 2016.
- CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 24ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

RESUMO

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar

banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos preparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TEMA 2 – FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA
ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS TEMA 4 – FUNÇÕES DO GOVERNO
FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 2

NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO TEMA 2 - CICLO ORÇAMENTÁRIO
PLANO PLURIANUAL (PPA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) TEMA 5 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964 TEMA 2 - PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO TEMA 3 - PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS TEMA 5 - OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)
PRINCÍPIOS DA LRF
LICITAÇÕES PÚBLICAS: CONCEITOS E OBRIGATORIEDADE TEMA 4 - MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS
LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO TEMA 3 - GESTÃO DE RISCOS
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)

PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA): NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300
NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE
NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA
AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Glossário de Termos. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- PALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA:

LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESUMO

A licitação pública é um tema central no direito administrativo, servindo como um mecanismo que estabelece a relação entre a Administração Pública e os particulares. Trata-se de um procedimento prévio para a contratação pública, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para o Estado. Nesta aula, serão discutidos os diferentes objetos que podem integrar o processo licitatório, os pressupostos necessários para sua instauração e as principais previsões legais relacionadas ao tema, com foco na regulamentação da licitação pública no Brasil. É essencial compreender as razões que levaram à criação desse instituto, além de conhecer a legislação e os atos pertinentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
AS RAZÕES DE LICITAR PRESSUPOSTOS
DA LICITAÇÃO PÚBLICA OBJETO DA
LICITAÇÃO
ORDENAMENTO JURÍDICO

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA

PRINCÍPIOS: PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO
PRINCÍPIOS: VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PRINCÍPIOS: JULGAMENTO OBJETIVO E DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

AULA 3

INTRODUÇÃO
MODALIDADES: CONVITE, CONCURSO E LEILÃO
LICITAÇÕES EXTRAVAGANTES À LEI GERAL DE LICITAÇÕES
PECULIARIDADES APLICADAS A MODALIDADES
TIPOS DE LICITAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
ETAPA EXTERNA: DIVULGAÇÃO DO EDITAL
FASE DE HABILITAÇÃO
JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PARTICULARIDADES DO PREGÃO, DA TOMADA DE PREÇOS E DO CONVITE

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: CARACTERÍSTICAS
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: OBRAS E SERVIÇOS
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: FORNECIMENTO OU COMPRA
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E DE CONCESSÃO E PERMISSÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: CLÁUSULAS EXORBITANTES
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO E ANULAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXTINÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MELLO, C. A. B. de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2012.
- FURTADO, L. R. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

DISCIPLINA:

FINANÇAS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E ÓRGÃOS DE CONTROLE

RESUMO

Nesta disciplina você conhecerá um pouco da história do Sistema Financeiro Internacional, passando pelo padrão-ouro enquanto marco no período de 1870-1914. Falaremos sobre suas principais características, bem como dos países que fizeram parte

desse sistema. Entre outros assuntos, você verá como se deu o fluxo internacional de capitais entre os anos de 1870-1914, o protecionismo que marcou o cenário da Segunda Revolução Industrial e as relações comerciais que precederam a Primeira Guerra Mundial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
FLUXO INTERNACIONAL DE CAPITAIS ENTRE 1870-1914
PERÍODO ENTREGUERRAS
GRANDE DEPRESSÃO
BRETTON WOODS

AULA 2

INTRODUÇÃO
RECUPERAÇÃO EUROPEIA
DESINTEGRAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL DE BRETTON WOODS
CRISE DOS ANOS 1970
TRANSFORMAÇÕES E INOVAÇÕES DO CAPITALISMO NOS ANOS 1980

AULA 3

INTRODUÇÃO
POLÍTICA CAMBIAL
O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: "ADMINISTRAÇÃO" COM TAXAS FLUTUANTES
O SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU
UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA EUROPEIA

AULA 4

INTRODUÇÃO
GLOBALIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA
DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO
MERCADO FINANCEIRO PÓS-2000
INOVAÇÕES PÓS-CRISE: FINTECH, BLOCKCHAIN E CRIPTOMOEDA

AULA 5

INTRODUÇÃO
BLOCKCHAIN E AS ORGANIZAÇÕES DESCENTRALIZADAS
SERVIÇOS FINANCEIROS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
CROWDFUNDING
BLOCKCHAIN E AGENDA 2030

AULA 6

INTRODUÇÃO
BITCOIN: VISÃO GERAL, OFERTA, REDE E TRANSAÇÕES
CARTEIRA DIGITAL E O PROBLEMA DA SEGURANÇA
CIRCULAÇÃO E MERCADO REGULATÓRIO PARA BITCOIN
BRASIL E A REGULAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS

BIBLIOGRAFIAS

- BITCOIN: entenda o que é e como funciona a moeda digital. In: Dicionário Financeiro. Disponível em: [/www.dicionariofinanceiro.com/bitcoin/](http://www.dicionariofinanceiro.com/bitcoin/). Acesso em: 27 jan. 2020.

- ECB – European Central Bank. Virtual Currency Schemes. 2012. Disponível em: www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/virtualcurrencyschemes201210en.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.
- BACEN – Banco Central. Comunicado n. 25.306, de 19 de fevereiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 2014. Disponível em: www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=114009277. Acesso em: 10 jul 2019.

